

RELATÓRIO DE VIAGEM

Conferência Internacional da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

30 de maio a 15 de junho de 2012

Genebra – Suíça

Ao lado dos deputados Vicentinho (PT-SP), Laércio Oliveira (PR-CE), Leonardo Quintão (PMDB-MG), Alex Canziani (PTB-PR), liderados pelo presidente da Comissão do Trabalho, o deputado Sebastião Bala Rocha (PDT-PA), tive a honra de integrar a delegação brasileira presente na 101ª Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizada entre os dias 30 de maio e 15 de junho de 2012, na cidade de Genebra (Suíça).

Representamos a Comissão do Trabalho, Administração e Serviços Públicos, da Câmara dos Deputados no evento. A delegação brasileira foi composta por representantes do governo federal, entre eles, o ministro do Trabalho e Emprego, Brizola Neto, empregadores e trabalhadores, além de consultores técnicos e convidados.

A Conferência Internacional do Trabalho da OIT é o parlamento mundial em matéria trabalhista. Dela participam mais de 5 mil delegados representantes de governos, empregadores e trabalhadores dos 183 Estados membros da Organização. O evento teve como principal objetivo, discutir, situação mundial relativa aos princípios e direitos fundamentais no trabalho: a liberdade sindical e a negociação coletiva, o trabalho forçado e o trabalho infantil e a discriminação.

A pauta da 101ª Conferência Internacional do Trabalho foi estruturada sob três pontos centrais: examinar a possibilidade de aprovar uma recomendação internacional que estabeleça o Piso de Proteção Social; a crise do desemprego sobre os jovens; um plano de ação sobre os direitos e princípios fundamentais, além de uma incidental sobre as medidas contra o governo de Miamar.

Durante os dias do encontro, debatemos de forma aprofundada, os itens que compõem o relatório, intitulado “Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho: do compromisso à ação”. Este é o primeiro relatório sobre estes princípios fundamentais do trabalho, sobre a justiça social para uma globalização equitativa de 2008, publicado

pela OIT, e destaca a especial importância desses direitos a fim de manter o vínculo entre o crescimento econômico e o progresso social em todo o mundo.

O relatório “Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho: do compromisso à ação” indica que mais da metade da população do mundo vive em países que ainda não ratificaram as Convenções da OIT sobre liberdade sindical e negociação coletiva, ao mesmo tempo em que cerca de 90% dos 184 países membros da OIT ratificaram as oito convenções fundamentais.

Além disso, a 101^o Conferência Internacional do Trabalho, discutiu o “Relatório Geral” da Comissão de Peritos na Aplicação de Convenções e Recomendações, que pela primeira vez examina os desafios e os êxitos na implementação das oito convenções fundamentais da OIT. As Convenções fundamentais são: Convenções números 87 e 98 sobre liberdade sindical e negociação coletiva; números 29 e 105 sobre trabalho forçado; números 100 e 111 sobre discriminação e números 138 e 182 sobre trabalho infantil.

A discussão do “Relatório Geral” serviu de base para a discussão do relatório sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho, dando especial atenção à singular vantagem comparativa da OIT: suas normas internacionais do trabalho.

A conferência destacou ainda as circunstâncias específicas dos trabalhadores que estão na economia informal – que constituem mais de 90% dos trabalhadores pobres em muitas economias em desenvolvimento – e de outras categorias que enfrentam dificuldades concretas no exercício de seus direitos.

Os debates que ocorreram durante os dias do encontro, ocasionaram em uma análise complexa, objetiva e ampla, sobre a atual situação do mundo do trabalho no planeta. Os participantes identificaram as mudanças, oportunidades centrais e, sobretudo, como deve ser a ação da OIT, a fim de superar os desafios existentes.

O Brasil na Conferência da OIT

A participação do Brasil, país em desenvolvimento com reconhecida agenda de proteção ao trabalhador, foi o principal porta-voz e teve um destacado protagonismo nas elaborações e nas proposituras voltadas para a política que estabelece o chamado,

Piso de Proteção Social.

Na Comissão que abordou este tema, a definição da linha política foi completamente nítida. Uma batalha de valores entre os trabalhadores, o patronato e o estado. Apesar do jogo de palavras tentar transformar os direitos sociais em senso comum e universal entre as classes, as disputas através de emendas entre todas as partes, ao texto originário, comprovou que não há tanto consenso, quanto se tentam transparecer.

A posição do Brasil, especialmente na defesa da agenda do “Trabalho Decente”, uma realidade concreta em diversas regiões e segmentos do mercado nacional, que vem se fortalecendo nos últimos 10 anos, com os governos do presidente Lula e da presidenta Dilma, mereceu destaque durante o encontro.

O ministro do Trabalho e Emprego, Brizola Neto ressaltou, com ênfase, os avanços obtidos no país. Segundo ele, foram mais de 15 milhões de brasileiros que conseguiram ingressar no mercado de trabalho formal, aquele com a carteira de trabalho assinada – O Brasil – com mais de 200 milhões de habitantes, hoje é considerado o país com uma das mais avançadas leis trabalhistas do mundo. Somente este ano, mesmo com a crise da economia mundial, já foram gerados mais de 1 milhão de novos empregos, o que reforça a política acertada dos últimos anos.

Outro destaque apresentado pelo ministro do Trabalho foi o programa “Brasil sem Miséria”, uma das principais bandeiras do governo da presidente Dilma Rousseff, cuja finalidade primordial é de retirar da extrema pobreza, 16,2 milhões de brasileiros. Um dos pilares programa é a inclusão social por meio da qualificação profissional, com o objetivo de gerar emprego e renda para os mais pobres no processo de atendimento das demandas públicas e privadas.

O ministro informou que, em agosto, o Brasil realizará a 1ª Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente, que será o ponto culminante de uma longa e profunda discussão entre governos, trabalhadores e empregadores, sobre as questões fundamentais do mundo do trabalho.

A presença da Comissão do Trabalho

A nossa delegação, composta por seis deputados federais, membros da Comissão de

Trabalho, de Administração e Serviço Público aproveitou a oportunidade da 101ª Conferência para apresentar as ações legislativas que o Congresso Nacional tem desenvolvido, no sentido de priorizar o emprego e à capacitação da juventude para os desafios do desenvolvimento do país.

Durante o encontro, pudemos destacar os avanços da agenda do Trabalho Decente no Brasil. Sabemos que tão importante quanto o aumento do número de vagas, é a oportunidade de oferecer trabalho decente, qualificado e legal. Desta forma, pude apresentar, com orgulho o trabalho que vem sendo desenvolvido, neste sentido no meu estado, a Bahia.

A agenda do Trabalho Decente da Bahia é desenvolvida pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), através de uma ação transversal que envolve diversas secretarias, órgãos governamentais e entidades.

O combate intensivo ao trabalho escravo tem sido uma das principais ações da Agenda. Só em este ano foram resgatados mais de 100 trabalhadores da condição de trabalho escravo no estado.

A nossa participação na 101ª Conferência foi proveitosa, diante do posicionamento do Brasil em cenário internacional. Esta participação vai resultar, sem dúvidas, na promoção de uma série de eventos paralelos que serão sugeridos à Comissão do Trabalho, no sentido de reforçar a promoção da política em defesa dos direitos dos trabalhadores.

Daniel Almeida
Deputado Federal (PCdoB-BA)

REGISTRO FOTOGRÁFICO DURANTE O EVENTO

